

INFORMAÇÕES GERAIS

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

LEIS

[Lei Federal nº 14.654 de 23/08/2023](#) – Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para tornar obrigatória a divulgação dos estoques dos medicamentos das farmácias que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS).

[Lei nº 21.740, de 29 de dezembro de 2022](#) – Disciplina o regime jurídico das organizações sociais da saúde – OSSs no Estado de Goiás.

[Lei Estadual nº 20.972, de 23/03/2021](#) – Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus no âmbito do Estado de Goiás.

[Lei Federal nº 13.709, de 14/08/2018](#) – Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais.

[Lei Federal nº 13.406 de 6 de julho de 2015](#) – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

[Lei Estadual nº 18.025, 22/05/2013](#) – Dispõe sobre o acesso a informações e a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Estado de Goiás, institui o serviço de informação ao cidadão e dá outras providências.

[Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011](#) – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

[Lei Estadual nº 15503 de 28/12/2005](#) - Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais estaduais, disciplina o procedimento de chamamento e seleção públicos e dá outras providências.

[Lei Estadual nº 13.569 de 27/12/1999](#) – Dispõe sobre a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos e dá outras providências.

[Lei Federal nº 9.637 de 15/05/1998](#) – Qualificação como Organizações Sociais.

[Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990](#) – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras

providências.

Constituição do Estado de Goiás de 1989, art. 92, §§ 1º, 3º, 7º

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 5º, inciso XXXIII, art. 92, §§ 1º, 3º, 7º.

PORTARIAS

Portaria Conjunta nº 018/2022-SEC-CEXTERNO/TCE-CGE – Resolvem: alterar a redação do Art. 2º, § 2º, da Portaria Conjunta N°001/2021, DA SEC-CEXTERNO/TCE e CGE.

Portaria nº 426/2021 SES/GO – Repasse de recursos financeiros às OSs a título de investimento.

PORTARIA CONJUNTA N°001/2021 TCE/CGE – Resolvem: aprovar as metodologias a serem utilizadas pela Secretaria de Controle Externo do TCE-GO e pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás para avaliação da transparência ativa e passiva dos órgãos e entidades estaduais, bem como das organizações sem fins lucrativos que recebem recursos públicos e seus respectivos órgãos supervisores.

Portaria 518/2018 SES/GO – Composição e competências da COMACG.

Portaria nº 1038/2017 - SES/GO – SIPEF

Portaria nº 894-2016 SES/GO – Conta bancária específica.

Portarias nº 292/2016 SES/GO – Padronização de informações de custos e alteração nos prazos.

DECRETOS

Decreto Estadual nº 9.837, de 23/03/2021 – Institui o Código de Ética e de Conduta Profissional do servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual.

Decreto Federal nº 9.190 de 01/11/2017 – Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 9.637.

Decreto Estadual nº 9.063/2017 – Disciplina a realização de inventário dos bens tangíveis e intangíveis integrantes do patrimônio público e a respectiva avaliação, no âmbito da Administração direta, autárquica, fundacional e dos fundos especiais do Poder Executivo.

Decreto Estadual nº 7.904, de 11/06/2013 – Acesso à informação.

RESOLUÇÕES

Resolução Normativa nº 004/2018 TCE/GO – Retifica a Resolução Normativa nº 013/2017, para correção de erro material.

Resolução Normativa n. 013/2017 - TCE/GO – Dispõe sobre a fiscalização da qualificação de entidades como Organizações Sociais, da formalização e da execução dos Contratos de Gestão

firmados pelo Estado de Goiás, e regulamenta as Prestações de Contas Anuais a serem disponibilizadas aos órgãos ou entidades supervisoras.

Resolução Normativa nº 007/2011 TCE/GO – Fiscalização da qualificação de entidades como Organizações Sociais, da formalização e execução dos Contratos de Gestão firmados pelo Estado, regulamenta as prestações de contas anuais e dá outras providências.

METODOLOGIA

3º Edição da Metodologia de Avaliação da Transparência dos Contratos de Gestão da SES - 2023

- Esta metodologia apresenta os critérios de avaliação de conformidade das páginas de acesso à informação das organizações sociais – OSS e do órgão supervisor, observando a legislação e normativos pertinentes ao contrato de gestão. Tendo como finalidade a transmissão de entendimento de forma prática e objetiva dos itens exigidos e da responsabilidade pela divulgação da informação, a cargo da contratante e da contratada.

Terceira Errata à Metodologia de Avaliação da Transparência Ativa e Passiva – Organizações sem fins lucrativos que recebem recursos públicos e seus respectivos órgãos supervisores - CGE/TCE - 2ª Edição - 2021 e seus anexos.

Segunda Errata à Metodologia de Avaliação da Transparência Ativa e Passiva – Organizações sem fins lucrativos que recebem recursos públicos e seus respectivos órgãos supervisores - CGE/TCE - 2ª Edição - 2021 e seus anexos.

Primeira Errata à Metodologia de Avaliação da Transparência Ativa e Passiva – Organizações sem fins lucrativos que recebem recursos públicos e seus respectivos órgãos supervisores - CGE/TCE - 2ª Edição - 2021 e seus anexos.

Metodologia de Avaliação da Transparência Ativa e Passiva – 2ª Edição – Esta metodologia apresenta os critérios de avaliação de conformidade das páginas de acesso à informação das organizações sociais – OS e dos respectivos órgãos supervisores, observando a legislação e normativos pertinentes e os parâmetros adotados pelo Governo do Estado de Goiás e pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

MANUAIS E REGULAMENTOS

Regulamento da Avaliação das Páginas de Acesso à Informação das Organizações sem fins lucrativos que recebem recursos públicos e seu respectivo órgão supervisor – SES/GO.

Manual de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão com OSS – SES/GO.

Procedimento Operacional Padrão da COMFIC – SES/GO

Minuta-padrão de contrato de gestão, elaborada pela Procuradoria-Geral do Estado – 2021 – a versão vigente está disponível no Portal de Transparência, Grupo: Informações gerais, Item: Contrato de gestão/aditivos.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL DA SES/GO – [Legislação – OS Transparência](#)

ESTATUTO ABEVIDA

[Estatuto Social](#)

REGIMENTO INTERNO

[Regimento interno](#)

Atualização: 2/05/2024.